Missionários franceses e povos indígenas na região do Rio Oiapoque - Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França[1]

French Missionaries and Indigenous Peoples in the Oiapoque River Region - Amapá, Brazil and French Guiana, France

Misioneros franceses y pueblos indígenas en la región del río Oiapoque - Amapá, Brasil y Guayana Francesa, Francia

Bruno Rafael Machado Nascimento[2]
Cecilia Maria Chaves Brito Bastos[3]

Resumo

Nascimento, B. R. M. Bastos, C. M. C. Missionários franceses e povos indígenas na região do Rio Oiapoque - Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 79-104, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2775

O artigo analisou as relações entre missionários jesuítas franceses e povos indígenas na região do rio Oiapoque que compreende as regiões de Amapá, Brasil e Guiana Francesa, França, na primeira metade do século XVIII, destacando conflitos, negociações e estratégias de ambos os sujeitos. Fundamentou-se na Nova História Indígena e compreende os indígenas como agentes históricos. Examinaram-se as missões jesuíticas e as cartas missionárias como fontes interculturais, capazes de revelar ações indígenas nas entrelinhas dos discursos coloniais. Apresentou o contexto político, econômico e religioso da fronteira entre França e Portugal, evidenciando a complexidade das missões, marcadas por interesses coloniais e ressignificações culturais. Apontaram-se as limitações e potencialidades das fontes escritas. Criticou a ausência do tema nos currículos e materiais didáticos do Amapá e defendeu o uso de documentos históricos no ensino de História. Enfim, propôs uma abordagem didática ativa e crítica na educação básica.

Palavras-chave: Ensino de História; Indígenas; Amapá; Jesuítas; Guiana Francesa.

Abstract

Nascimento, B. R. M. Bastos, C. M. C. French Missionaries and Indigenous Peoples in the Oiapoque River Region - Amapá, Brazil and French Guiana, France. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 79-104, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2775

This article analyzes the relationships between French Jesuit missionaries and indigenous peoples in the Oiapoque River region during the first half of the 18th century, highlighting conflicts, negotiations, and strategies of both sides. It is grounded in the New Indigenous History and understands indigenous peoples as historical agents. It examines Jesuit missions and missionary letters as intercultural sources capable of revealing indigenous actions in the subtext of colonial discourses. It presents the political, economic, and religious context of the border between France and Portugal. It highlights the complexity of the missions, marked by colonial interests and cultural resignifications. It points out the limitations and potential of written sources. It criticizes the absence of this topic in the curricula and teaching materials of Amapá. It defends the use of historical documents in history teaching. It proposes an active and critical didactic approach in basic education.

Keywords: History Teaching; Indigenous Peoples; Amapá; Jesuits; French Guiana.

---

[1]O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de financiamento 001

[2] Mestre e Doutorando em Ensino de História pela Universidade Federal do Amapá(PROFHISTÓRIA/UNIFAP) e professor de História da rede pública estadual do Amapá (SEED/AP). E-mail: professorbrunohistoria8@gmail.com Orcid: https://orcid.org/0000-0003-4906-9300

[3] Doutora em Educação pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU), Docente de Licenciatura em História (UNIFAP), do Mestrado e Doutorado Profissional em Ensino de História (PROFHISTÓRIA/UNIFAP), do Mestrado em História (PPGH/UNIFAP) e do Curso de Especialização em Política Educacional da Universidade Federal do Amapá (CEPE/UNIFAP). Membro da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED). E-mail: ceciliamaria@unifap.br Orcid: https://orcid.org/0000-0003-1370-6080

Resumen

Nascimento, B. R. M. Bastos, C. M. C. Misioneros franceses y pueblos indígenas en la región del río Oiapoque - Amapá, Brasil y Guayana Francesa, Francia. ***Rev. C&Trópico***, v. 50, n. 1, p. 79-104, 2026. Doi: 10.33148/ctrpico.v50i1.2775

El artículo analiza las relaciones entre misioneros jesuitas franceses y pueblos indígenas en la región del río Oiapoque en la primera mitad del siglo XVIII, destacando conflictos, negociaciones y estrategias de ambos sujetos. Se fundamenta en la Nueva Historia Indígena y comprende a los indígenas como agentes históricos. Examina las misiones jesuíticas y las cartas misioneras como fuentes interculturales, capaces de revelar acciones indígenas entre líneas de los discursos coloniales. Presenta el contexto político, económico y religioso de la frontera entre Francia y Portugal. Evidencia la complejidad de las misiones, marcadas por intereses coloniales y resignificaciones culturales. Señala las limitaciones y potencialidades de las fuentes escritas. Critica la ausencia del tema en los currículos y materiales didácticos de Amapá. Defiende el uso de documentos históricos en la enseñanza de la Historia. Propone un enfoque didáctico activo y crítico en la educación básica.

Palabras clave: Enseñanza de la Historia; Indígenas; Amapá; Jesuitas; Guayana Francesa.

Data de submissão: 09/03/2026
Data de aceite: 06/05/2026

1.Introdução

Este artigo tem por objetivo compreender as relações entre os padres jesuítas e indígenas na região do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII. Para isso, será discutido como se deram os conflitos e negociações dos sujeitos envolvidos, o contexto, as localizações das missões, a importância dos usos de fontes históricas escritas para o ensino de História na educação básica, assim como, uma sugestão didática que professores poderão se inspirar para realizar em suas aulas de História.

Parte-se de alguns princípios que perpassarão toda esta pesquisa. Primeiro, a aproximação fecunda entre História e Antropologia que além de proporcionar conceitos e instrumentos de análises, trouxe à baila os povos indígenas como sujeitos ativos do processo histórico. Segundo, a missão ou aldeamento não apenas como espaço de controle dos missionários, mas também território em que os indígenas tiveram papéis importantes na escolha do local, nas negociações, resistências e ressignificações culturais.

Esta investigação é tributária do que se convencionou chamar de Nova História Indígena. Essa perspectiva busca identificar as ações dos povos subalternizados nas fontes, observando-os como agentes e não meras vítimas da colonização europeia, bem como, a referida aproximação com a Antropologia que contribuiu para uma visão mais dinâmica e não essencialista das relações entre indígenas e outros sujeitos (Carvalho Júnior, 2016, p. 58).

Com efeito, a compreensão das relações entre indígenas e colonizadores foram ampliadas, apesar de não serem consideradas totalmente autônomas. Os nativos fizeram suas escolhas, mesmo que não totalmente livres. Isso é perceptível nas missões ou aldeamentos aqui tomados como sinônimos. Dessa forma, compreende-se as relações entre os missionários

jesuítas franceses[4] e os indígenas na região do Oiapoque como complexas (Pompa, 2006,p. 112).

Com um olhar histórico, pautado em análises processuais, pode-se afirmar que as relações entre os dois sujeitos em análise não se limitaram à dominação ou à imposição. Os indígenas, por sua vez, ora rejeitavam os ensinamentos dos padres, ora os absorviam e incorporavam ao seu cotidiano; em outras circunstâncias, reelaboravam-nos, gerando novas práticas culturais resultantes da fusão entre religiosidades em "encontro-choque".

Para exemplificar o que foi exposto, o historiador Karl Arenz (2016, p. 190-200) analisou um caso em que os pajés (xamãs) ressignifacaram elementos do catolicismo: foram acusados de ouvir confissões dos indígenas e ofertarem o pão como uma hóstia. Isso significa que se apropriaram de fórmulas e gestos dos rituais realizados pelos jesuítas, com a crença de que isso os ajudaria em suas práticas xamânicas.

As fontes que existem sobre as relações entre indígenas e jesuítas franceses na margem esquerda do rio Oiapoque, fronteira disputada entre França e Portugal, são poucas e apresentam limites, mas também possibilidades para os pesquisadores e professores da Educação Básica. Elas foram produzidas, a maioria, pelos missionários católicos. Dessa forma, é legítimo o questionamento: é possível perceber os indígenas mesmo com o filtro do colonizador?

Para Nicola Gasbarro (2006, p. 87), as narrativas missionárias são principalmente interculturais "para além de qualquer interesse literário", ou seja, é possível perceber os indígenas nas fontes, em seus diferentes contextos. Compreende-se que, mesmo indiretamente, é possível perceber a ação ou vozes dos vários povos que entraram em contato com os padres na região do rio Oiapoque. Dessa forma, a documentação, mesmo que de forma sutil, apresenta diversas vozes, inclusive, as dos indígenas que nessas condições: "aparece de maneira sutil, nas entrelinhas e sempre filtrada pela ótica dos interesses de quem os documenta" (Montero, 2006a, p. 13).

As principais fontes disponíveis são as cartas que os padres jesuítas franceses escreveram para seus superiores dando conta das suas estratégias, dos seus supostos sucessos e as dificuldades em se embrenhar na floresta amazônica para catequizar os povos nativos. Entretanto, por meio da leitura nas entrelinhas, foi possível captar as ações dos indígenas,

[4] Os jesuítas são os membros da Companhia de Jesus, ordem fundada por Inácio de Loyola, que teve a sua aprovação oficial pela Igreja Católica, em 1540, por meio da bula *Regimini Militantis Ecclesiae* do papa Paulo III. A referida ordem surgiu no contexto de reformas religiosas, no século XVI, em que a unidade cristã foi rompida e surgiram as igrejas protestantes sob a égide de Martinho Lutero e outros reformadores. Logo, os jesuítas espalharam-se por várias partes do mundo. Eles foram importantes nos processos de colonização nas Américas. Foi uma instituição plural, ou seja, as formas de ação variavam de lugar para lugar, mas sempre buscaram a unidade entre eles.

além disso, identifica-se como os jesuítas e povos ameríndios formaram os "códigos compartilhados" no interior das missões (Montero, 2006b, p. 40). Salienta-se que as missivas foram reunidas na obra *Lettres Édifiantes et Curieuses* de Louis Aimé-Martin e publicadas em 1839.

As missões analisadas foram estabelecidas pelos missionários franceses à margem esquerda do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII, e uma na região do Uaçá (território português e depois brasileiro), com os Palikur. Destaca-se que os religiosos católicos se concentravam em Caiena, que era a capital da *Guyane*, e depois eram deslocados para as diversas missões na colônia francesa.

Os religiosos católicos produziram cartas, que são importantes fontes históricas e podem ser utilizadas na Educação Básica para a produção do conhecimento histórico escolar. Destaca-se que os usos de documentos históricos nas aulas de História "preconizam o papel ativo do estudante nos procedimentos de compreensão e interpretação" (Caimi, 2008, p. 141). Portanto, contribuem para a análise, explicação e formulação de hipóteses pelos alunos. Dessa forma, será oferecida uma sugestão didática de como professores podem utilizar essas missivas.

O artigo está dividido em duas seções: 1ª. as missões jesuíticas francesas na região do Oiapoque, na primeira metade do século XVIII. Nela, há explicações sobre como se deram as missões, suas localizações e quais povos participaram. Faz-se necessário discorrer com maior profundidade sobre elas, pois, são poucos os estudos (Verwimp, 2011; Nascimento, 2018); 2ª. O referencial curricular amapaense, os livros paradidáticos, os usos de documentos históricos escritos em sala de aula e a proposta metodológica. Nesta segunda seção, discute-se possibilidades sobre como ensinar História principalmente para estudantes que vivem no Amapá, mas também as limitações impostas aos educadores pelo Referencial Curricular Amapaense e por livros paradidáticos que não trazem o tema em discussão.

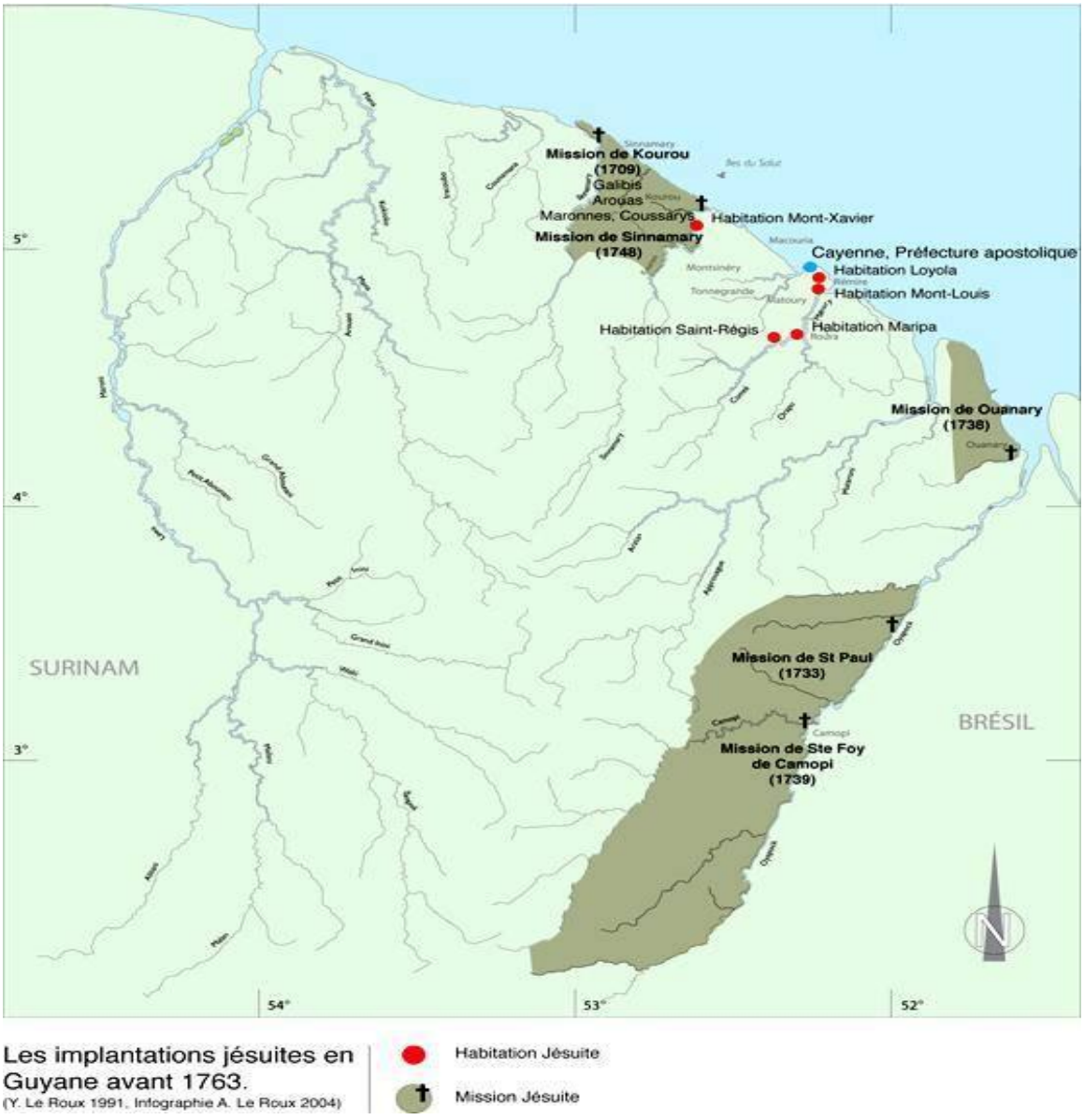
2.As missões jesuíticas francesas na região do Oiapoque, na primeira metade do século XVIII

Régis Verwimp (2011) chama as missões guianenses de missões fixas abertas. Missões abertas para distingui-las das missões ibéricas, que eram "menos abertas", pois os indígenas eram "livres" na colônia francesa, e isso exigiu muito mais dos religiosos. Elas tiveram suas particularidades, por exemplo, para atrair os nativos a se instalarem nas missões, a quantidade e a qualidade dos presentes (principalmente ferramentas de aço) deviam ser altas. Assim, para fundar uma missão, os jesuítas deviam assumir fortes relações de compromisso

com os indígenas, sobretudo com a troca de mercadorias. O autor afirma que os povos faziam muitas exigências, por exemplo, respeitar as famílias e cada um possuir suas terras. Para o pesquisador, havia a preservação da identidade individual, e não uma uniformização (Verwimp, 2011, p. 238).

Na figura 1, é possível identificar onde estavam localizadas as missões francesas. Contudo, não aparece a representação do aldeamento que os padres criaram com os Palikur na região do rio Uaçá, ao sul do rio Oiapoque, em território considerado português. Observe que, na fronteira entre França e Portugal aparecem três missões, a saber: Saint Paul, Sainte Foy e Ouanary.

Figura 1: Missões jesuíticas na *Guyane* durante o século XVIII



Fonte: Yannick Le Roux (2013, p. 3).

No 2 quadro, indica-se as missões que os filhos de Loyola fundaram na região do Oiapoque, os locais, anos de fundação, padres fundadores e os povos que viveram.

Quadro 1: Missões no Oiapoque

Missão	**Local**	**Ano**	**Fundador**	**Povos**
Saint Paul	Oiapoque (Guiana)	1733	Pe. Arnaud d' Ayma ou Dayma	Pirious, Palanques, Macapas e Caranes
Notre Dame de Sainte Foy	Confluência do rio Camopi com Oiapoque (Guiana)	1739-1740	Pe. Bessou ou Besson e Philippe Huberland	Pirious, Caranes, Aramakoto, Coussaris, Kaïkushiana, Taroupis, Acoquas, Palanques, Noragues e Ouayes ou Ouens.
Saint Joseph	Rio Ouanary (Guiana)	1737-1738	Pe. Joseph d'Ausillac	Maraones, Tocoyenes (Tucuju), Maourious ou Maourions, Maprouanne e Aruã.
Missão do rio Uaçá	Região do rio Uaçá (Brasil)	1738-1739	Pe. Fourré	Palikur

Fonte: Aimé-Martin,1839; Nascimento, 2018; Verwimp, 2011.

Verifica-se pelo quadro 1, a quantidade e diversidade de povos indígenas que viviam no Oiapoque na primeira metade do século XVIII. Entretanto, por conta das doenças, exploração do trabalho e pelo processo de colonização mais amplo, dos que estão representados no quadro, apenas os Palikur permanecem atualmente.

A região do rio Oiapoque, foi utilizada pelos povos indígenas que viviam nas colônias portuguesa e francesa como uma zona de refúgio. Ali, os colonizadores europeus demoraram a chegar e a presença foi bastante limitada comparada com Caiena e Macapá. Pode-se também concluir que as missões francesas serviram como possibilidades de sobrevivência para os

nativos que fugiam da escravidão pelos portugueses, pois parte destes povos vieram do território português (Nascimento, 2021, p. 131).

Já foi exposto que as principais fontes que tratam das relações entre indígenas e missionários católicos são as cartas dos jesuítas. A Companhia de Jesus orientava seus membros sobre como escrever relatórios, cartas, crônicas, livros. Escrever fazia parte do "modo de proceder" jesuítico, ou seja, esses religiosos deveriam enviar constantemente informações sobre o andamento das suas atividades aos seus superiores.

Além da necessidade de comunicação, o ato de escrever tinha a função de proporcionar unidade com os missionários espalhados pelo mundo, pois as cartas eram lidas nos colégios da ordem para ensejar o desejo pela missão, bem como, o fortalecimento da fé e a propaganda das ações dos jesuítas. Algumas cartas foram publicadas e traduzidas em várias línguas para além de despertar a curiosidade sobre o "novo mundo", tentar conseguir recursos para as missões. As elites europeias liam, deleitavam-se e financiavam (Nascimento, 2018, p. 104-122).

A maioria das cartas que tratam das missões na bacia do rio Oiapoque foram escritas pelo padre francês Elzéar Fauque, que chegou à Guiana em 1727 e ficou na missão de *Kourou* aprendendo sobre o trato com os indígenas sob a supervisão do padre Lombard. Fauque foi enviado à região do rio Oiapoque em 1729 e assumiu a função como padre da igreja *Saint Pierre* (São Pedro) que ficava próxima ao forte *Saint Louis*[5] (São Luís) onde foi capelão, bem como, o responsável por planejar os aldeamentos na fronteira com Portugal.

Nas missivas, é possível perceber o esforço desse missionário para entrar em contato com as lideranças indígenas para propor a vida nas missões. Essa estratégia é identificada na carta escrita em Kourou, em 15 de janeiro de 1729, ao seu superior, padre de la Neuville. Nela, ele descreve a região: "O país é bonito e excelente para todos os tipos de plantação, mas o que mais me impressiona é que é muito adequado para estabelecer muitas missões" (Aimé-Martin, 1839, p. 9, tradução nossa). Na viagem pelo rio Oiapoque, na companhia de um militar do forte, o missionário afirmou:

> Nos momentos que tive lazer, elaborei um pequeno plano das missões que poderiam ser estabelecidas nessas terras entre as nações selvagens que até agora foram descobertas. Aproveitei a luz de M. de la Garde, comandante do rei no forte de Oiapoque, que navegou muito nesses rios. Aqui está o projeto de cinco missões que formamos juntos (Aimé-Martin, 1839, p. 10, tradução nossa).

[5] Este Forte estava localizado na margem esquerda do rio Oiapoque, ou seja, em território considerado francês.

Nas citações extraídas da carta de 1729, percebe-se que o missionário estabeleceu primeiro o olhar econômico, ou seja, a importância das possíveis plantações, notadamente de cacau que poderiam sustentar economicamente os aldeamentos. Vale ressaltar que os jesuítas foram enviados para a região do rio Oiapoque não só pela Companhia de Jesus, mas também pela Coroa francesa e em quase tudo dependiam do governo: pediam recursos, terras e proteção. Para qualquer trabalho, antes deviam dirigir-se às autoridades coloniais. Obviamente, que houve em alguns casos, mormente sobre os indígenas, conflitos de interesses, mas em geral eles convergiam. O objetivo era colonizar o território que estava povoado por inúmeras populações indígenas, converter os nativos à fé católica e abrigar os que fugiam do território português devido à escravidão e outras formas de exploração perpetrada pelos colonos portugueses.

O governo francês, entre 1726 e 1728, investiu 20 mil libras, que foram usadas em despesas e no adiantamento para os colonos que necessitavam de meios para se estabelecerem na região do rio Oiapoque. Houve avaliação sobre a quantidade de habitantes que poderiam ser postos na região, as culturas que poderiam ser plantadas e a qualidade da terra. Além disso, os governantes pediram informações sobre a possibilidade de navios franceses aproximarem-se e qual a distância até o forte. Buscou-se expandir a colonização, o estabelecimento de um possível comércio com os portugueses e a possibilidade de negociação com povos indígenas. Entretanto, o recurso era pouco e mal dava para fornecer aos colonos enxadas, machados e algumas mercadorias para pagar os indígenas que trabalhavam para os moradores (Artur, 2002).

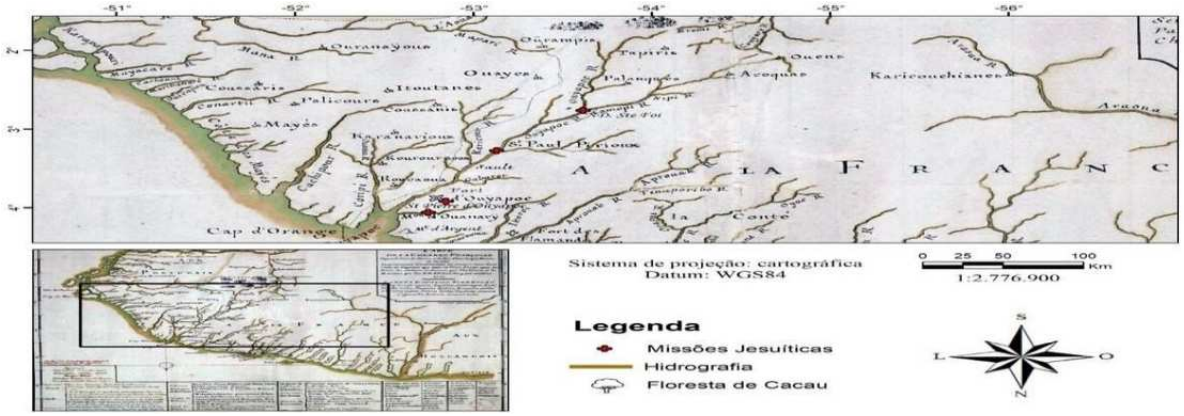
Na região do rio Oiapoque, cultivou-se principalmente cacau e café com o trabalho dos indígenas e dos colonos franceses. Os habitantes que viviam no forte e nas redondezas pagavam os indígenas para serem seus guias, remadores, produtores de canoas e roceiros por meio de mercadorias e objetos. Padre Fauque teve também a perspectiva religiosa, pois, ao ver uma "multidão" de indígenas, desejou convertê-los por meio do estabelecimento de missões. A própria geografia da região facilitava, pois os rios ajudavam na alimentação e no deslocamento. Não conseguiu colocar em prática seu plano de cinco missões por conta da falta de recursos tanto da Companhia de Jesus quanto do governo francês, mas quatro foram materializadas.

Com o intuito de ampliar a compreensão sobre a região do rio Oiapoque, analisa-se um mapa intitulado *Carte de la Goyanne françoise depuis le fort de Baron, et la rivière d'Yari jusqu'à Maroni où l'on voit les principaux établissemens des François tant dans l'isle de Cayenne que dans la Terre Ferme avec les noms des Nations Indiennes qui l'habitent et les*

Missions que les R.R.P.P. Jésuites y ont établies, cuja autoria é anônima e a data provável é de 1763.

Por meio dele, percebe-se as identificações e localizações de vários povos indígenas tanto do território considerado francês quanto português. Ao analisar atentamente tem-se os povos Palikur (*Palicours*), Wajãpi (*Ourampis*), *Palanques, Karanarioux, Mayes, Ouranayous, Coussanis, Couffaris, Kourounaoua, Rouraoua, Itoutanes, Pirioux, Ouayes, Ouens, Acoquas, Tapiris, Karicouchiannes, Pirioux.*

Mapa 1: Missões jesuíticas no Oiapoque e localização de povos indígenas



Fonte:http://anom.archivesnationales.culture.gouv.fr/ulysse/osd?q=J%C3%A9suites&coverage=Guyane+fran%C3%A7aise&date=&from=&to=&type=Carte+ou+plan&mode=list&id=FR_ANOM_14DFC64C. Adaptado por Liana Pereira Belucio.

As missões estão em destaques, conforme a legenda: a primeira foi a de *Saint Paul* (São Paulo) fundada em 1733 que mudou de lugar por cerca de 4 vezes, sempre mais para próximo da margem do rio Oiapoque (Verwimp, 2011). O jesuíta Aimé-Lombard percorreu o referido rio e foi até ao padre d'Ayma (fundador da missão de São Paulo). Lombard, em carta de 11 de abril de 1733, destinada ao procurador das missões na América, o padre de la Neuville, afirmou que encontrou: "o padre d' Ayma alojado em uma cabana miserável, vivendo como esses pobres selvagens e passando o dia uma parte em oração, uma parte no estudo da língua e da instrução das crianças" (Aimé-Martin, 1839, p. 20, tradução nossa). Por mais que os jesuítas tentassem exaltar o suposto sucesso nas missões é possível ler nas entrelinhas as dificuldades, como a do padre d'Ayma.

As estratégias dos inacianos eram se alojar nas aldeias indígenas, aprender a língua e catequizar principalmente as crianças, pois acreditavam que seriam mais fáceis de convertê-las ao catolicismo. Sabiam que os adultos dificilmente mudariam totalmente seus comportamentos e acreditavam que os menores poderiam ajudar na conversão dos pais. Nesta mesma carta, há menção aos dois indígenas que foram intérpretes para mediar as conversas entre os missionários e indígenas. Daí a importância dos ameríndios utilizados como

mediadores entre as culturas, pois devido à diversidade linguística os intérpretes foram essenciais.

Para escolher o lugar da missão de São Paulo, a participação indígena foi essencial. Na missiva do padre Lombard, identifica-se tal ação:

> Já faz dois anos desde que ele [d'Ayma] fixou entre eles a sua estadia. Ele me falou de um vasto lugar onde todas essas nações devem se encontrar; Eu o vi e ele está muito bem situado, mas não ao gosto de todos os índios; os de baixo acham que ele está muito longe, pois tem apenas meio dia do rio Camopi, e que, além disso, esta terra é pouco adequada para caça e a pesca (Aimé-Martin, 1839, p. 20, tradução nossa).

Ao consultar os indígenas, percebeu que não era do agrado deles o local, pois não era adequado para caça e pesca. Em algumas circunstâncias, os ameríndios materializaram seus interesses e os missionários tiveram que tolerar. Mas quais os interesses em viver com os padres? Proteção contra os colonos, terras para viver e ferramentas que facilitavam as suas vidas. Na continuação da carta, o padre afirma que fez um acordo com os "capitães" dos indígenas (líderes reconhecidos pelas autoridades coloniais e que se aliavam aos franceses) de que procurariam outro local que agradasse a todas essas nações (Aimé-Martin, 1839, p. 20).

As missões aqui analisadas eram pequenas. Os dados demográficos são escassos, segundo o padre Fauque, a missão de São Paulo contava inicialmente com mais de 200 indígenas. Em 1742, havia 400 pessoas relativamente dispersas em torno do aldeamento. Jean Hurault (1965) fez um levantamento e constatou que nela, no ano de 1749, havia 49 homens, 44 mulheres e 53 crianças. Em 1750, o governador D'Orvilles visitou-a e contabilizou 150 indígenas, sendo 49 homens doentes e com dificuldade de plantar mandioca por causa das formigas (Tassinari, 2003). Além de pequena, os indígenas não eram obrigados a viver nela e muitos viviam dispersos no seu entorno.

A segunda missão, foi a de *Saint Joseph* (São José) de *Ouanary* fundada entre 1737-1738 pelo missionário francês Joseph d'Ausillac que reuniu no aldeamento os povos Maraones, Tocoyenes (Tucuju), Aruã, Maprouane e Maourious ou Maourions. Ela foi implantada no rio Ouanary, que desemboca na bacia do rio Oiapoque. Além disso, ficava nas proximidades do forte São Luís.

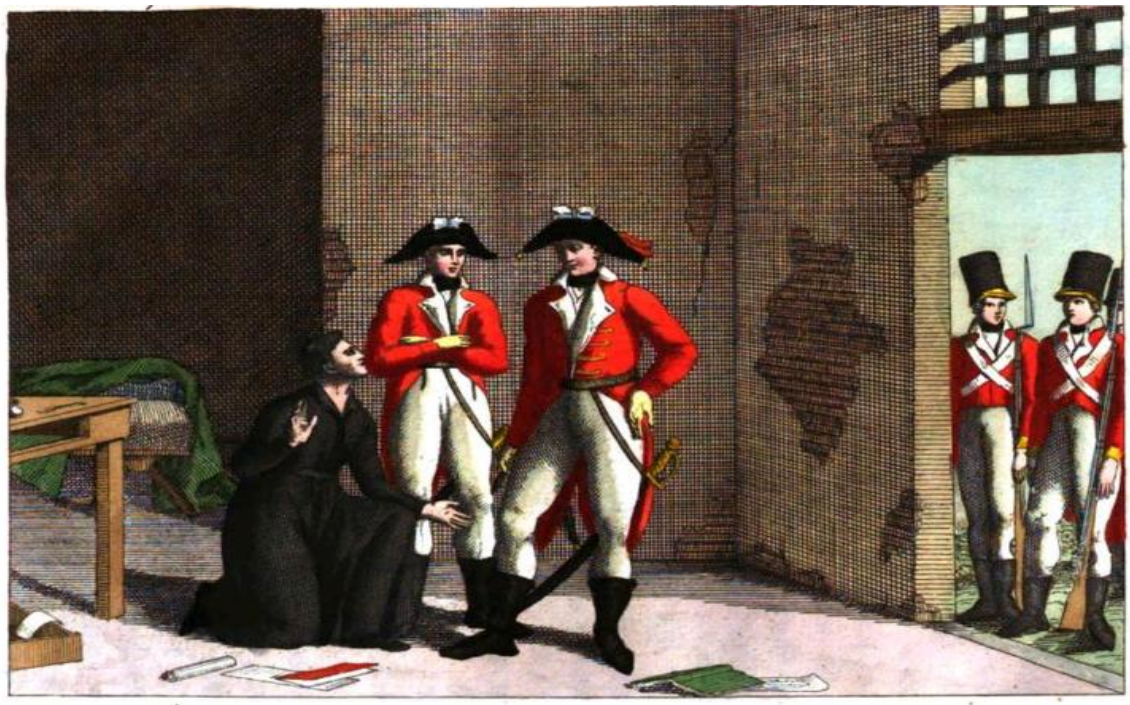
Essa fortificação não serviu apenas para defesa militar da região, mas também como espaço para o desenvolvimento econômico, pois fornecia materiais aos colonos para negociar com os indígenas, os trabalhadores eram soldados-colonos, ademais, concedia proteção às missões e ponto de encontro entre os missionários, pois possuía um armazém que era acessado pelos religiosos (Nascimento, 2018, p. 136).

Em São José do Ouanary quatro povos que viviam originalmente no território português foram viver por lá: Tucujus, Maraones, Aruã e Maprouane. Isso demonstra a fluidez e porosidade da fronteira em que as sociedades ameríndias mantinham relações e transitavam entre as duas colônias.

O padre Lombard entre 1738 e 1744 levou os Aruã e Maraones que fugiam das missões portuguesas para Ouanary. O jesuíta Fauque relata, em carta de 27 de dezembro de 1744, que os ingleses descobriram essa missão quando um grupo de Aruã que ia do território português à Ouanary foram encontrados e capturados. Na ocasião, os indígenas informaram aos ingleses sobre a missão e a presença do forte no Oiapoque, o forte foi tomado e o missionário Fauque foi capturado (Aimé-Martin, 1839, p. 34-35).

Encontrou-se a tradução da supracitada carta em uma publicação italiana do ano de 1828. Ela faz parte de uma coleção editada por Altri Scelti Pezzi, cujo primeiro tomo foi publicado em 1825. A referida coleção reuniu cartas de missionários de todo o mundo. Chamou atenção o fato de que, na publicação italiana, há gravuras que ilustram determinados aspectos considerados curiosos ou edificantes pelos europeus, como a prisão do missionário jesuíta pelos corsários ingleses.

Figura 2: Prisão de Fauque pelos ingleses



Fonte: Altri Scelti Pezzi (1828, p. 54).

As cartas edificantes circulavam na Europa para atrair a curiosidade de nobres católicos que poderiam financiar as missões jesuíticas nas Américas, mas também para exaltar

a fé cristã. A Figura 2, sem autoria, tenta representar as descrições contidas na missiva de dezembro de 1744: a entrada dos ingleses na sacristia da igreja e os objetos litúrgicos espalhados. Há, porém, diferenças entre a narrativa e gravura. Na carta, Fauque afirma que estava acompanhado de um "negro doméstico", ou seja, um escravizado. O negro foi capturado e logo depois o jesuíta entregou-se e foi levado ao capitão inglês que estava no forte, pois a igreja ficava há uma certa distância.

A gravura demonstra o padre agachado e estabelecendo diálogo, pois os militares procuravam riquezas. O missionário parece tentar impedir que não levassem os objetos litúrgicos e destruíssem o templo. O lugar não parece uma igreja e está mal-acabado indicando as condições de vida no Oiapoque. Os corsários ingleses aparentam certo receio e as mãos do jesuíta chama atenção: a direita indica que ele abençoa e a esquerda assemelha-se a uma chaga tal como a recebeu Francisco de Assis. Um dos soldados observa as chagas. A tentativa não é de meramente ilustrar a narrativa, mas também oferecer ao leitor e observador um sentimento de fé, ou seja, a edificação pessoal. O que teria ocorrido com a missão de São José no rio Ouanary que ficava próxima ao forte? No manuscrito de François Artur (2002) consta que os indígenas dessa missão se dispersaram devido o ataque em 1744 e ela não mais foi reestabelecida. Isso denota a insatisfação dos ameríndios, pois os franceses não foram capazes de protegê-los.

Os jesuítas instalaram uma missão para além do rio Oiapoque com o intuito de converter as gentes da região e abarcar os povos que fugiam das missões portuguesas próximas ao rio Amazonas dirigidas pelos frades de Santo Antônio. A missão no rio Uaçá (território considerado português) ficou a cargo do jesuíta Fourré e teve existência breve, entre 1737 e 1738. Paira sobre ela dúvidas sobre a sua efetiva existência. Régis Verwimp (2011) afirma não ter fontes suficientes para comprovar sua existência, porém para Coudreau (1893) ela existiu. Este último escreveu sua obra no século XIX, baseou-se unicamente na carta de Fauque na qual narra a viagem ao Uaçá, em 1735, e o contato com os indígenas Palikur.

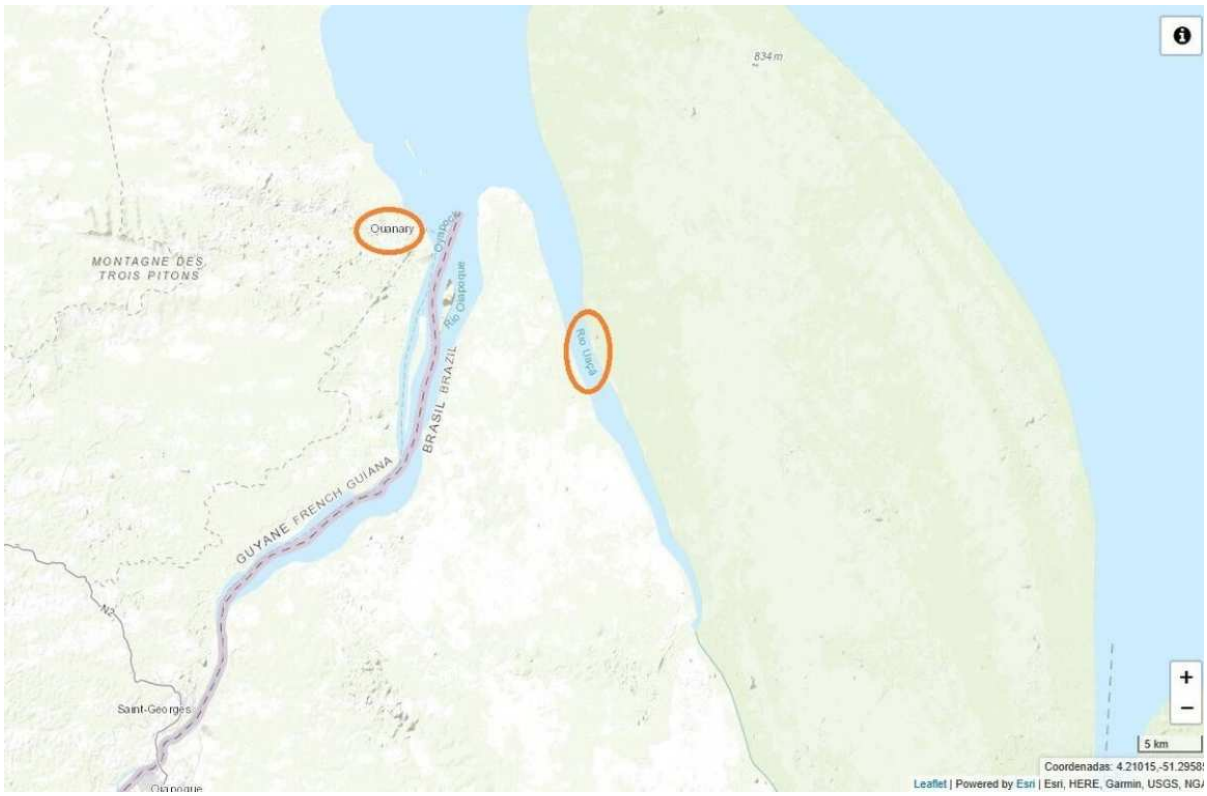
Ainda segundo Henri Coudreau (1893), o padre Fourré teria fundado essa missão, entretanto, deve-se ter cautela com essa defesa, pois o autor francês estava inserido na disputa pelo território e defendia os interesses do seu país por meio dos seus escritos. Também Ciro Flamarion Cardoso (1984) faz menção a essa missão.

Acredita-se que ela efetivamente existiu, porém a sua existência foi breve devido ao não financiamento da parte o governo colonial francês (Artur, 2002). Os custos para manter um missionário e uma missão eram elevados. Fauque, na carta de 15 de janeiro de 1729, ao

padre de la Neuville (procurador e quem era responsável por envio de missionários e recursos), deixou evidente que a intenção era reunir os Palicours, Caranarious e Mayets, que estavam estabelecidos nas savanas próximas do rio Couripi (Aimé-Martin, 1839, p. 10).

Em seguida, na Figura 3, há as indicações dos rios Ouanary (Guiana Francesa) e Uaçá (Brasil).

Figura 3: localização dos rios Ouanary e Uaçá



Fonte: Instituto Socioambiental.[6]

A missão no Uaçá[7] estava próxima à do rio Ouanary e os jesuítas não levavam em consideração o que fora estabelecido pelo tratado de *Utrecht* (1713), ou seja, que o limite administrativo entre França e Portugal era o rio Oiapoque. Constantemente entravam em território português, pois consideravam que o limite era o Amazonas ou Araguari (Nascimento, 2018, p. 140-141). Segundo o padre Fauque, a missão de São José e a do Uaçá:

> [...] não estão longe do forte, forneceriam facilmente as tripulações necessárias para o serviço do rei, o que seria de grande ajuda, porque hoje, para encontrar doze ou quinze índios aptos a navegar em uma canoa, às

[6] Disponível em: https://mapa.socioambiental.org/pages/?lang=pt-br. Acesso em: 05 mar. 2026.
[7] A região do rio Uaçá fica atualmente no município amapaense de Oiapoque. Próximo à fronteira com a Guiana Francesa. É uma terra indígena demarcada onde vivem os Galibi Marworno, Karipuna e Palikur (Gallois; Grupioni, 2003, p. 13).

> vezes é necessário atravessar vinte léguas do país (Aimé-Martin, 1839, p. 10, tradução nossa).

Neste trecho da missiva observa-se o interesse em explorar o trabalho indígena, notadamente na função de remadores, mas também como agricultores, pescadores, guias. Na região do Oiapoque, a principal força de trabalho foi a indígena, e os colonos e soldados pagavam com ferramentas e mercadorias. Como também faltavam mulheres, o casamento com as indígenas foi estimulado pelas autoridades coloniais francesas. É possível que as missões jesuíticas fornecessem ameríndios para trabalhar em forma de rodízio para os franceses, mas isso carece de novas fontes (Nascimento, 2018, p. 149). Por conseguinte, os interesses religiosos, políticos e econômicos dos missionários eram insperáveis.

Elzéar Fauque na carta escrita do Oiapoque, ao padre de la Neuville, em 2 de junho de 1735, afirma que esperava a chegada do padre d'Auzillac para ficar em seu lugar enquanto iria abrir a missão com os Palikur no Uaçá. Pensou em fundar duas missões, pois uma seria apenas com os Palikur e a outra com os Mayets e Caranarious. Ele chama de: "nosso lado, ao lado do Amazonas", ou seja, considerava o rio Amazonas como fronteira:

> Eu escolherei o lugar menos inconveniente para fixar nossa casa. Mas acredito que será necessário estabelecer duas missões nesta terra, porque os Palikours, os Mayets e os Caranarious, que ocupam nosso lado, ao lado do Amazonas, são nações numerosas demais para se reunirem no mesmo lugar (Aimé-Martin, 1839, p. 23, tradução nossa).

Na missiva escrita do Oiapoque, em 20 de setembro de 1736, dirigida ao padre de la Neuville, Fauque afirma que, em 1735 passou, pelo rio Curupi e entrou no Uaçá onde encontrou indígenas Palikur pescando. Estabelecido o contato, os ameríndios levaram o missionário a suas aldeias onde o jesuíta rezou uma missa e que supostamente mulheres e crianças ficaram impressionadas. No decorrer da sua narrativa, o jesuíta dialoga com o capitão (líder) dos indígenas e propõe o estabelecimento da missão. O capitão de nome Youcara não compreendia a língua galibi falada pelo padre e solicita um intérprete. No outro dia, o indígena chegou e ele aceitou o estabelecimento da missão próxima a nascente do rio Uaçá. Em seguida, narrou uma suposta cura de uma criança:

> Nosso capitão, tendo visitado a cesta onde eu carregava meu pequeno móvel [onde levava os objetos litúrgicos], perguntou-me o que estava contido em um frasco que estava cheio de água benta. Eu respondi a ele que era uma água que os cristãos costumavam afastar o demônio, para curar os doentes etc. Ele me implorou para colocar em algumas crianças que tinham definhado após longo tempo em sua aldeia. Eu os fiz se aproximar e fiz-lhes o sinal da cruz na testa com essa água. Deus foi glorificado, pois soube

> alguns dias depois que eles gozavam de perfeita saúde (Aimé-Martin, 1839, p. 26, tradução nossa).

Este caso narrado pelo padre Fauque demonstra a perspectiva religiosa do missionário de que por meio da água benta e do sinal da cruz, crianças indígenas haviam sido curadas. Ele deseja cativar o leitor por meio da "curiosidade" dos ameríndios que fez o capitão aproximar-se do objeto. O líder não compreendeu o sentido da água benta da mesma forma que o padre imaginou. Primeiro, a categoria sacerdote não existia nas culturas indígenas e, portanto, não fazia sentido para eles, isto é, ele não o enxergava como um padre ligado à uma instituição que queria salvá-lo. Ademais, o nativo ressignificou o sentido do uso da água benta.

Segundo Gérard Collomb (2011), nas missões os indígenas viam nos padres uma espécie de pajé que através das suas orações e rituais poderiam afastar os malefícios e trazer a cura para os enfermos como, por exemplo, no caso do pedido para colocar água benta nas crianças enfermas.

Mas quem era o "capitão" citado pelo padre Fauque? O governo francês estabelecia relações políticas com lideranças indígenas que passavam a ser aliadas. Como reconhecimento da autoridade dos líderes, o governo dava-lhes presentes, vestimentas e um bastão com uma placa de prata com as armas da França. Porém, é necessário um olhar contextual para perceber que o líder indígena diante da realidade que era imposta pelos colonizadores e missionários ressignificou a estratégia de colonização utilizando, por exemplo, a patente francesa em benefício próprio e de seu grupo. Michel de Certeau (1998) utiliza o conceito de táticas para explicar a realidade em que os subjugados utilizavam-se dos instrumentos coloniais para conseguir algum proveito:

> [...] mesmo subjugados, ou até consentindo, muitas vezes esses indígenas usavam as leis, as práticas ou as representações que lhes eram impostas pela força ou pela sedução, para outros fins que não os dos conquistadores. Faziam com elas outras coisas: subvertiam-nas a partir de dentro – não rejeitando-as ou transformando-as (isto acontecia também), mas por cem maneiras de empregá-las a serviço de regras, costumes ou convicções estranhas à colonização da qual não podiam fugir. Eles metaforizavam a ordem dominante: faziam-na funcionar em outro registro. Permaneciam outros, no interior do sistema que assimilavam e que os assimilava exteriormente. Modificavam-no sem deixá-lo (Certeau, 1998, p. 94-95).

Portanto, na região do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII, existiram missões que não obtiveram os sucessos esperados pelos missionários da Companhia de Jesus e as razões principais foram: a falta de recursos e as dificuldades de reunir os indígenas nelas. Apesar das limitações das fontes. é possível perceber nas entrelinhas as ações dos indígenas

ante a violência da colonização e catequização. Como ensinar História a partir das complexas relações entre ameríndios e missionários? É isso que será discutido na próxima seção.

3.O Referencial Curricular Amapaense, os livros paradidáticos, os usos de documentos históricos escritos em sala de aula e a proposta metodológica

As reflexões até aqui expostas visaram nutrir os professores com "alimento sólido" para trabalhar com seus alunos no Componente Curricular História, no que diz respeito às relações entre jesuítas e indígenas na Amazônia colonial, mormente na região do Oiapoque na primeira metade do século XVIII.

É notório as deficiências nas diretrizes curriculares, pois as populações nativas quando não são excluídas, são tomadas com passividade e meras vítimas da colonização (Nascimento, 2024, p. 195-212). Toma-se o Referencial Curricular Amapaense (RCA), que é o currículo prescrito da rede pública estadual do Amapá. Nele, não há qualquer habilidade dos anos finais do ensino fundamental, que mencione as presenças jesuíticas e indígenas na região do rio Oiapoque (AMAPÁ, 2019).

Ainda que seja apenas o currículo oficial e não a prática cotidiana dos professores, lembra Gimeno Sacristán (2013, p. 27): "o texto curricular não é a realidade dos efeitos convertidos em significados aprendidos, mas é importante, à medida que difunde os códigos sobre o que deve ser a cultura nas escolas, tornando-os públicos".

Ademais, os livros didáticos pouco tratam sobre os indígenas e muitos materiais estão carregados de estereótipos. Analisou-se 5 obras comumente utilizada por educadores amapaenses para ensinar História local colonial. O quadro 2, sintetiza as análises:

Quadro 2: Análise das obras "didáticas" utilizadas no ensino de História local

Obra	Autor(es)	Abordagem sobre missões religiosas	Observações analíticas
O Amapá na mira estrangeira (2003)	Morais; Rosário; Morais	Não menciona	Livro de síntese sobre a história do Amapá utilizado por professores, mas não aborda as missões religiosas na região do rio Oiapoque.
História do Amapá (2009)	Morais	Não menciona	Apresenta a história local de forma sintética, sem referência às missões religiosas na região.
História do Amapá (2006)	Santos	Menção breve	Cita a presença de frades franciscanos e jesuítas no século XVII na região do rio Araguari, em texto complementar intitulado *A catequese em tucujulândia* (Santos, 2006, p. 19), sem aprofundamento analítico.
Conhecendo o Amapá	Pinto	Não menciona	Não há qualquer referência às ordens religiosas na

Obra	Autor(es)	Abordagem sobre missões religiosas	Observações analíticas
(2016)			Amazônia.
Coleção estudos amazônicos: formação da sociedade amazônica (7º ano) (2021)	Coelho; Bemerguy; Guedes; Pimentel	Abordagem geral	Trata genericamente das ações das missões religiosas na Amazônia colonial, mas não menciona atuações na região do rio Oiapoque.

Fonte: elaborado pelo autor, a partir dos livros analisados.

Infere-se, portanto, que o objeto analisado neste artigo colabora para o avanço do conhecimento histórico da região amazônica, bem como, para o seu ensino nas escolas da educação básica. O ensino de História ainda conserva traços do século XIX, como exposições meramente orais e atividades focadas na memorização. A proposta é romper com essa lógica e tornar a sala de aula um espaço de produção de saber histórico escolar, ou seja, com a supervisão do professor, os estudantes analisarão trechos das cartas dos jesuítas e farão descobertas. Enfatiza-se que o objetivo não é formar pequenos historiadores, tampouco que suas análises sejam acadêmicas, mas ajudá-los a desenvolver o pensamento histórico, que se utiliza do conhecimento sobre o passado para fazer escolhas assentadas na razão, que busca o diálogo, o respeito e a compreensão.

Nos últimos anos, o ensino do Componente Curricular História na Educação Básica vem passando por uma reflexão teórico-metodológica fecunda. Produção essa, que aos poucos, chega às salas de aula espalhadas pelo país, procurando melhorar o ensino e a aprendizagem histórica.

Sabe-se das inúmeras dificuldades enfrentadas pelos educadores para tornar o ensino mais significativo aos estudantes, entretanto, cabe aos professores a árdua tarefa de possibilitar a formação e desenvolvimento do pensamento autônomo por meio das mais diversas estratégias. Uma das possibilidades são os usos dos documentos históricos escritos nas aulas. Ao defender esses usos, Paulo Knauss (2001, p. 41) afirma: “não só a atividade discente e a sala de aula se tornam lugar de exercício de pesquisa, mas igualmente o professor se vê envolvido na tarefa de investigador, voltado para o exercício didático, rompendo a lógica normatizadora autoritária”.

Dessa forma, o espaço escolar se torna ambiente propício para a produção do saber histórico escolar. Professores e estudantes buscam compreender realidades pretéritas. Os próprios alunos tornam-se sujeitos do conhecimento e, aos poucos, podem superar a passividade. Essa tarefa, entretanto, exige alguns procedimentos. Selva Guimarães (2012), por exemplo, adverte que a utilização das fontes escritas devem superar os usos como mero

complemento ou ilustração. Além disso, sua utilização no ambiente escolar difere do uso pelo historiador profissional, que tem objetivos diferentes.

A professora Circe Bittencourt (2009) sugere algumas orientações pertinentes para a utilização dos documentos: os textos devem ser motivadores a ponto de produzir interesse e curiosidade. Assim, o professor deve escolher aqueles que forneçam informações claras e de acordo com os conceitos trabalhados na sala de aula. Aqui também o educador pode, anteriormente, realizar uma explanação motivadora sobre a importância da análise do material para provocar os alunos. Afirma Circe Bittencourt (2009, p. 330-331): "a má seleção deles compromete os objetivos iniciais propostos no plano de aula, ao passo que sua complexidade e extensão podem criar uma rejeição pelo tema ou pelo próprio tipo de material".

São vários os procedimentos analíticos das fontes que podem ser utilizados. Por exemplo, primeiramente deve-se descrever o documento, ou seja, indicar as informações que ele contém. Depois, mobilizar os saberes e conhecimentos prévios dos educandos. A partir disso, pode-se identificar a natureza do documento e explorar as características que lhes são próprias, dessa forma, faz-se necessária a contextualização para a melhor compreensão possível e associar as informações contidas na fonte aos saberes anteriores. Somente a partir desses procedimentos anteriores, pode-se criticar o documento, ou seja, identificar seus limites e interesses (Bittencourt, 2009).

O professor é fundamental nesse processo, pois ele orientará os alunos. É ele quem deve ajudá-los a fazer as perguntas, ou seja, fará a mediação para que seja uma atividade conduzida. Assim, ele planejará as atividades para alcançar determinados objetivos, contudo, o educador deverá exercitar a paciência para ajudá-los a encontrar os caminhos e não ser ele o caminho. Cabe ao professor fazer uma explanação de determinada temática, em aulas anteriores, para depois aplicar as atividades didáticas com uso dos documentos escritos. Isso facilitará as análises feitas pelos estudantes.

Portanto, as contribuições dessa metodologia às aulas de História e consequentemente aos alunos são fecundas. Proporciona:

> O diálogo do aluno com realidades passadas e desenvolve o sentido de análise histórica. O contato com as fontes históricas facilita a familiarização do aluno com formas de representação das realidades do passado e do presente, habituando-o a associar o conceito histórico à análise que o origina e fortalecendo sua capacidade de raciocinar baseado em uma situação dada (Schimidt; Cainelli, 2004, p. 94).

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) incentiva os usos de fontes históricas nas aulas de Histórico. Na perspectiva da "Base", o objetivo é promover "uma 'atitude historiadora' diante dos conteúdos propostos" (BRASIL, 2018, p. 398).

O professor não deve ter receio de acreditar em suas aulas e tampouco subestimar a capacidade intelectual dos alunos. Os usos de documentos escritos podem esbarrar nas dificuldades de leitura e interpretação, sobretudo, se os textos forem demasiadamente antigos e longos. É preciso, no entanto, arriscar e mergulhar no mar do conhecimento histórico. As perguntas às fontes guiarão a empreitada e variarão de acordo com a capacidade de cada um e das turmas. A partir disso, propõem-se uma determinada metodologia de leitura que pode ser facilmente aplicada e modificada de acordo com os objetivos e circunstâncias.

No caso das narrativas aqui apresentadas, elas em muito podem auxiliar na compreensão das histórias dos Estados do Amapá e da Guiana Francesa. As relações entre indígenas e jesuítas podem contribuir para a compreensão de determinado período da História brasileira, da formação das atuais fronteiras do país e de como se deram as relações entre indígenas e não indígenas em tempos pretéritos. Daí porque os usos de documentos históricos nas salas de aula do componente curricular História se revestem de importância e significado singulares, buscando-se evitar a estereotipagem ou a exaltação do papel exercido pelos padres da Companhia de Jesus nas Américas.

Observe a sugestão didática. Antes, é importante que o professor ou a professora faça uma explanação sobre a presença jesuítica e as relações com os indígenas no Oiapoque. Também, durante a explicação, é fundamental discutir estereótipos sobre as populações indígenas, apresentar suas diversidades e questionar os estudantes sobre o que eles sabem acerca desses povos e de suas lutas no presente.

As missivas dos missionários que estiveram na região do rio Oiapoque na primeira metade do século XVIII têm grande potencial para serem utilizadas em sala de aula. Por meio delas, é possível identificar costumes das gentes do Oiapoque, as estratégias dos jesuítas na tentativa de catequizar, a importância da comunicação por cartas no século XVIII, bem como identificar os povos indígenas e suas relações entre si e com os inacianos.

O trecho selecionado foi extraído da carta elaborada pelo missionário Elzéar Fauque ao procurador das missões na América, padre de la Neuville, escrita do Oiapoque em 20 de abril de 1738. Nela, ele afirma que foi visitar a missão de São Paulo, onde devia se juntar ao padre Bessou e encontrou um pajé:

> Fiquei agradavelmente surpreso ao encontrar esta aldeia muito mais numerosa do que era na última vez que fui lá: além de várias famílias de Pirious, de Palanques e de Macapas, que estão lá de novo, a nação Caranes está agora inteiramente estabelecida ali, e faz dele um dos mais belos ornamentos, pois, de todas essas nações bárbaras, é aquela em que se encontra mais disposição para a virtude. [...] Depois de termos permanecido três dias na missão de São Paulo, começamos nossa jornada, o padre Bessou e eu, cada um em nossa embarcação. Desde o primeiro dia encontrei um famoso pajé, chamado Canori, que é fortemente acreditado entre os selvagens, e teve a audácia, durante uma curta ausência do Padre d'Ayma, de vir em sua missão de São Paulo e fazer sua magia ao redor da casa que ele havia construído recentemente para sua estadia. Tentei descobrir quais tinham sido suas intenções, mas era inútil: nunca se tira a verdade daqueles tipos de pessoas acostumadas, no final das contas, à perfídia e falsidade. Assim, tomando o tom apropriado, coloquei diante de seus olhos as imposturas que ele empregava para abusar da simplicidade de um povo crédulo, ameaçando-o de que, se ele se aproximasse da missão de São Paulo, ele encontraria o castigo que seus enganos mereciam. O que dá crédito a esses tipos de pajés é o talento que eles têm de persuadir os índios, especialmente quando os veem atacados por alguma doença, [...] (Aimé-Martin, 1839, p. 30-31, tradução nossa).

A metodologia aqui aplicada, chama-se leituração e foi inspirada no texto de Giovani José da Silva e Bruno Rafael Machado Nascimento (2019, p. 278-280). Inicialmente deve-se pedir aos discentes que façam a leitura do texto sem qualquer pretensão de compreensão. A preocupação ainda não é com o conteúdo, mas com palavras e frases. Nesta fase de *leitura exploratória* o professor pode pedir para que sublinhem palavras desconhecidas e com auxílio do dicionário físico ou virtual pesquisem os seus significados. É importante que aos estudantes marquem as palavras-chave do texto.

Na *leitura de compreensão* sugerem-se perguntas referentes ao tema central, quais aos personagens, onde se passa a narrativa, se há descrições sobre o ambiente e como ele é descrito. Já na *leitura de interpretação,* foca-se em questões que levem os estudantes a não só descrever o que se encontra na fonte, mas também levantar aprofundar questões para além do texto, como por exemplo: por que os jesuítas escreviam cartas? Quem foi o padre que escreveu? Por que as missivas foram publicadas na Europa? É também nesse momento que o professor pode despertar a curiosidade dos estudantes com perguntas sobre o porquê os jesuítas não permitiam a entrada dos xamãs (pajés) nos aldeamentos? De que acusavam os pajés? Por que os indígenas iam em busca deles? O que o pajé foi fazer na missão? Será que era "magia" ou algum ritual que o padre Fauque não conseguiu compreender? Qual a importância dos pajés nas culturas indígenas? O que o padre quis dizer ao afirmar "imposturas que ele empregava para abusar da simplicidade de um povo crédulo"?

Por fim, na *leitura crítica* as questões são ampliadas, exigindo maior nível de abstração. Por isso, esta "etapa" só poderá ser realizada mediante as anteriores. Em geral, os alunos têm dificuldades com a leitura e interpretação textual. Essa atividade, inclusive, os ajudará a ir aos poucos desenvolvendo essa habilidade tão cara à sociedade. Por isso, o papel do professor será fundamental para auxiliar e sanar as dúvidas que surgirão.

Nessa "fase", as questões são mais amplas e se tangenciam para as relações entre missionários e indígenas na colônia. É importante refletir sobre os estereótipos impostos sobre os indígenas: "bárbaros" e "selvagens". Imagens que ainda povoam mentes e corações na sociedade atual. Quem foram os "bárbaros"? Os indígenas? Ou os missionários que não entenderam as culturas indígenas? Será que só os ameríndios foram "convertidos" ou os padres também foram "indianizados"? Os europeus não aprenderam a andar nos rios, matas e igarapés? Quem fabricava as canoas? Quem caçava e pescava? Quem aprendeu com quem? Além disso, pode-se pesquisar sobre os povos que vivem hoje na região do Oiapoque, seja do lado brasileiro ou francês. Como vivem? Onde habitam? Quais os seus costumes? Quais as suas lutas atuais? Ainda há religiosos em suas aldeias? Ainda existem pajés? O que seria a pajelância amazônica? Usamos remédios naturais? Por fim, pode-se pedir aos estudantes que escrevam uma carta (hipoteticamente) para os habitantes das missões sobre o que aprenderam na aula. Assim o professor pode ensinar como escrever uma carta e avaliar a aprendizagem do conteúdo.

4.Considerações finais

A análise das missões jesuíticas francesas na região do rio Oiapoque, na primeira metade do século XVIII, permite compreender a complexidade das relações estabelecidas entre missionários e povos indígenas em uma área de fronteira disputada entre França e Portugal. Longe de se reduzirem a um processo simples de dominação ou imposição cultural, essas relações foram marcadas por negociações, resistências e adaptações mútuas. Os indígenas não foram sujeitos passivos nesse processo, mas agentes que tomaram decisões, estabeleceram alianças, recusaram propostas e, em determinadas circunstâncias, ressignificaram práticas e elementos do catolicismo.

As cartas missionárias analisadas, apesar de produzidas sob a ótica dos jesuítas, revelam nas entrelinhas as ações e estratégias indígenas. Essas fontes evidenciam que os aldeamentos foram espaços de contato intercultural, nos quais diferentes interesses se encontraram: os missionários buscavam converter e consolidar a presença colonial francesa, enquanto os povos indígenas podiam encontrar proteção, acesso a mercadorias e novas

possibilidades de sobrevivência diante das pressões coloniais. Ao mesmo tempo, as próprias limitações das missões, como a instabilidade demográfica, os deslocamentos constantes e os conflitos externos, demonstram que o controle missionário nunca foi absoluto.

Além da contribuição para a compreensão histórica da região do Oiapoque e das dinâmicas coloniais na Amazônia setentrional, o estudo também evidencia o potencial didático dessas fontes para o ensino de História. As cartas jesuíticas constituem documentos históricos capazes de estimular a análise, a interpretação e a formulação de hipóteses pelos estudantes, favorecendo a construção do saber histórico escolar. Quando utilizadas de forma orientada, podem contribuir para desenvolver o pensamento histórico, permitindo que os alunos compreendam a complexidade das relações sociais no passado e questionem interpretações simplificadoras sobre indígenas e missionários.

Nesse sentido, a utilização de documentos históricos escritos em sala de aula pode representar uma estratégia importante para tornar o ensino mais investigativo e significativo. Ao analisar trechos de cartas missionárias, os estudantes são convidados a refletir sobre os contextos de produção das fontes, seus interesses, limites e possibilidades interpretativas. Dessa forma, a sala de aula pode tornar-se um espaço de problematização e construção do conhecimento histórico, no qual professores e alunos dialogam com o passado a partir de evidências documentais.

Por fim, destaca-se que a inserção dessas temáticas no ensino de História é particularmente relevante para o contexto amapaense, onde a História local e as experiências dos povos indígenas muitas vezes aparecem de forma limitada nos currículos e materiais didáticos. Trabalhar com documentos relacionados às missões do Oiapoque possibilita aproximar os estudantes de processos históricos que ocorreram no próprio território em que vivem, contribuindo para valorizar a diversidade cultural e ampliar a compreensão sobre a formação histórica da Amazônia e das fronteiras do Brasil.

REFERÊNCIAS

AIMÉ-MARTIN, Louis (ed.). *Lettres édifiantes et curieuses, concernant l'Asie, l'Afrique et l'Amérique: avec quelques nouvelles des missions et des notes géographiques et historiques*. 2 v. Paris: A. Desrez, 1839.

AMAPÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Referencial Curricular Amapaense: educação infantil e ensino fundamental*. Macapá: SEED, 2019. Disponível em: https://nte.seed.ap.gov.br/rca/. Acesso em: 5 mar. 2026.

ARENZ, Karl Heinz. Pajés celebrando missa, ouvindo confissão e pregando a salvação: a ressignificação simbólico-ritual em aldeamentos jesuíticos na Amazônia portuguesa. In: FERNANDES, Eunícia (org.). *A Companhia de Jesus e os índios*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 173-200.

ARTUR, Jacques François. *Histoire des colonies françoises de la Guianne*. Transcription établie, présentée et annotée par Marie Polderman. Guyane: Ibis Rouge Éditions, 2002.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. *Ensino de História: fundamentos e métodos*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular: educação infantil, ensino fundamental e ensino médio*. Brasília, DF: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 5 mar. 2026.

CAIMI, Flávia. Fontes históricas na sala de aula: uma possibilidade de produção de conhecimento histórico escolar? *Anos 90*, Porto Alegre, v. 15, n. 28, p. 129-150, dez. 2008. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/7963/4751. Acesso em: 5 mar. 2026.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Economia e sociedade em áreas coloniais periféricas: Guiana Francesa e Pará (1750-1817)*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Conectando sentidos: índios cristãos e a domesticação do cristianismo. In: FERNANDES, Eunícia (org.). *A Companhia de Jesus e os índios*. Curitiba: Prismas, 2016. p. 51-71.

CERTEAU, Michel de. *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. 3. ed. Tradução de Ephraim Ferreira Alves. Petrópolis, RJ: Vozes, 1998.

COELHO, Mauro; BEMERGUY, A.; GUEDES, L.; PIMENTEL, S. *Estudos Amazônicos: História e Geografia*. 2. ed. Belém: Estudos Amazônicos, 2021.

COLLOMB, Gérard. Missionnaires ou chamanes? Malentendus et traduction culturelle dans les missions jésuites en Guyane. In: BACOT, Jean-Pierre; ZONZON, Jacqueline (dir.). *Guyane: histoire et mémoire: la Guyane au temps de l'esclavage, discours, pratiques et représentations*. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2011. p. 435-455.

COUDREAU, Henri. *Chez nos Indiens: quatre années dans la Guyane française (1887-1891)*. Paris: Hachette et Cie., 1893.

GALLOIS, Dominique; GRUPIONI, Denise. *Povos indígenas do Amapá e norte do Pará: quem são, onde estão, quantos são, como vivem e o que pensam?* São Paulo: Iepé, 2003.

GASBARRO, Nicola. Missões: a civilização cristã em ação. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p. 67-109.

GUIMARÃES, Selva. *Didática e prática de ensino de História: experiências, reflexões e aprendizados*. 13. ed. rev. e ampl. Campinas, SP: Papirus, 2012.

HURAULT, Jean. La population des Indiens de Guyane française (deuxième article). *Population*, Paris, v. 20, n. 5, p. 801-828, set./out. 1965. Disponível em: http://www.persee.fr/doc/pop_0032-4663_1965_num_20_5_12924. Acesso em: 5 mar. 2026.

KNAUSS, Paulo. Sobre a norma e o óbvio: a sala de aula como lugar de pesquisa. In: NIKITIUK, Sônia L. (org.). *Repensando o ensino de História*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001. p. 26-46.

LE ROUX, Yannick. Loyola, l'habitation des jésuites de Rémire en Guyane Française. *In Situ*, n. 20, 2013. Disponível em: https://insitu.revues.org/10170. Acesso em: 5 mar. 2026.

MONTERO, Paula. Índios e missionários no Brasil: para uma teoria da mediação cultural. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006b. p. 31-66.

MONTERO, Paula. Introdução. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006a. p. 9-29.

MORAIS, P. *História do Amapá: o passado é o espelho do presente*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2009.

MORAIS, P.; ROSÁRIO, I.; MORAIS, J. *O Amapá na mira estrangeira: dos primórdios do lugar ao laudo suíço*. Macapá: JM Editora Gráfica, 2003.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. *Ad majorem Dei gloriam: missões jesuíticas setecentistas no Oiapoque e os usos de documentos históricos para o ensino de História no Amapá*. Rio de Janeiro: Autografia, 2018.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. *Entre matas, rios e igarapés: a História colonial do Amapá*. Rio Branco: Nepan Editora, 2021.

NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. O ensino de História indígena do Amapá colonial. *Revista Discente Ofícios de Clio*, Pelotas, v. 9, n. 16, p. 195-212, jan./jun. 2024. Disponível em: https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/CLIO/article/view/28328. Acesso em: 5 mar. 2026.

PEZZI, Altri Scelti (ed.). *Scelta di lettere edificanti scritte dalle missioni straniere: preceduta da quadri geografici, storici, politici, religiosi e letterari de' paesi di missione; acresciuta di un ragguaglio storico e di nuove lettere edificanti*. Tradução do original francês. Tomo XIII. Milano: Presso Raniere Fanfani, 1828.

PINTO, Manoel de Jesus de Souza. *Conhecendo o Amapá*. Belém: Cultural Brasil, 2016.

POMPA, Cristina. Para uma antropologia histórica das missões. In: MONTERO, Paula (org.). *Deus na aldeia: missionários, índios e mediação cultural*. São Paulo: Globo, 2006. p. 111-142.

SACRISTÁN, José Gimeno. O que significa o currículo? In: SACRISTÁN, José Gimeno (org.). *Saberes e incertezas sobre o currículo*. Tradução de Alexandre Salvaterra. Porto Alegre: Penso, 2013. p. 16-35.

SANTOS, F. *História do Amapá*. 7. ed. Belém: Grafinorte, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Marlene. *Ensinar História*. São Paulo: Scipione, 2004.

SILVA, Giovani José da; NASCIMENTO, Bruno Rafael Machado. Missões jesuíticas, povos indígenas e ensino de História: exercitando a escuta suscetível, o olhar reverso e a leituração. In: RODRIGUES, Luiz Fernando Medeiros; MARTINS, Maria Cristina Bohn (orgs.). *A experiência da missão jesuítica na primeira modernidade*. São Leopoldo: Oikos, 2019.

TASSINARI, Antonella Maria Imperatriz. *No bom da festa: o processo de construção cultural das famílias Karipuna do Amapá*. São Paulo: EDUSP, 2003.

VERWIMP, Régis. *Les jésuites en Guyane Française sous l'Ancien Régime (1498-1768)*. Matoury: Ibis Rouge Éditions, 2011.